



## EDITORIAL

### CONTRIBUIÇÕES DE MÚLTIPLAS NACIONALIDADES EM PROL DA EDUCAÇÃO EM EMPREENDEDORISMO

**Edmilson de Oliveira Lima<sup>1</sup>**  
**Júlio Araújo Carneiro da Cunha<sup>2</sup>**  
**Vânia Maria Jorge Nassif<sup>3</sup>**

DOI: <http://dx.doi.org/10.14211/regepe.v9i1.1835>

O objetivo deste editorial é fazer a introdução da edição especial sobre educação em empreendedorismo (EE) da Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (REGEPE). Para tanto, aqui se faz uma breve contextualização, levantam-se considerações sobre o tema, sintetizam-se os principais motivos de rejeição dos artigos não incluídos na edição e destacam-se contribuições dos artigos nela publicados, a fim de impulsionar o aperfeiçoamento da pesquisa sobre o tema no Brasil. A chamada da edição desafiou os pesquisadores a apresentarem diferentes visões, teorias e práticas de EE, a partir do estudo de questões críticas, como necessidades de conhecimento e diferenciação frente à educação tradicional.

Em resposta à chamada, a REGEPE recebeu 109 manuscritos, dos quais apenas 18 estavam, segundo a avaliação do corpo editorial, em condições de avançar para a dupla avaliação às cegas. Por fim, apenas cinco artigos foram aprovados para publicação, mesmo havendo 11 vagas na edição para artigos aprovados após a avaliação. O fato de haver apenas cerca de 5% de artigos aprovados na chamada, sem cobrir o espaço disponibilizado pela revista, é preocupante e sugere que a área de estudos no Brasil ainda tem problemas básicos a serem resolvidos.

Os motivos da maioria das rejeições foram:

---

<sup>1</sup> Professor do Programa de Pós-graduação em Administração - PPGA (UNINOVE), São Paulo (Brasil) e Tesoureiro da Anegepe.

<sup>2</sup> Professor do Programa de Pós-graduação em Administração - PPGA (UNINOVE), São Paulo (Brasil) e Editor Adjunto da Regepe.

<sup>3</sup> Professora do Programa de Pós-graduação em Administração - PPGA (UNINOVE), São Paulo (Brasil). Editora chefe da Regepe. Email: [editorialregep@gmail.com](mailto:editorialregep@gmail.com)



- Ausência de robustez na construção teórica e nos métodos de pesquisa;
- Falta de adequada caracterização de necessidades de pesquisa relevantes e promissoras para avanços contributivos;
- Construção de modelos incipientes e sustentados por exploração insuficiente das teorias;
- Foco excessivo em experiências relativas à interação professor-aluno em sala de aula;
- Tentativas de organização do campo teórico sem análise crítica e recomendações para avanço;
- Reutilização de teorias e modelos sem contribuição para ampliação da fronteira do conhecimento;
- Definição e uso de conceitos sem rigor suficiente;
- Mapeamento apenas descritivo de iniciativas de EE, sem aprofundamento das lições aprendidas;
- Uso inadequado e/ou impreciso de terminologias.

Algumas dessas limitações são também identificadas por Kyrö (2015), que pontua a importância de se refinarem os conceitos de EE, com vistas à sólida ampliação do conhecimento sobre o tema. A revisão sistemática de Pittaway e Cope (2007) já sinalizava a importância de se fazer uma construção teórica e metodológica robusta em benefício do conhecimento e da prática em EE.

Assim, este editorial reafirma a relevância da chamada e a carência de desenvolvimento da pesquisa sobre EE, já apontada em estudos precedentes para o Brasil (Lima et al., 2015; Lopes, 2017; Lopes & Lima, 2019) e internacionalmente (Kuratko, 2005 – entre outros). É importante mencionar também a necessidade de integração das contribuições da pesquisa em educação ao estudo da EE (Araujo & Davel, 2018).

Algumas limitações da EE no Brasil podem ser superadas com a ajuda de melhores pesquisas que inspirem melhores práticas. Essas limitações incluem (Lima et al., 2015): a) exagerada concentração da EE em planos de negócio, mesmo que muitos estudantes nem queiram empreender; b) a necessidade de que seja realizada de modo prático; e c) o problema de mais EE levar a menores níveis



de autoeficácia e de intenção de empreender, algo que tem entre suas possíveis explicações uma baixa qualidade da EE. A superação das limitações pode também ser útil na tarefa de se inserir mais consistente e amplamente a EE no diversificado contexto universitário (Neck & Greene, 2011). Contudo, a integração já foi considerada necessária e árdua em regiões como Estados Unidos e Europa (Gibb & Hannon, 2006). O que poderíamos pensar sobre a mesma integração em um país menos desenvolvido e com um sistema institucional mais frágil, como o Brasil?

Diante dos desafios para o desenvolvimento de práticas e pesquisas sobre a EE, foi proposta esta edição especial. Ela inclui três artigos convidados. Os três contam com coautores cujos trabalhos têm gerado particular impacto sobre reflexões, estudos e práticas de EE e empreendedorismo em geral. Entre eles, estão: Jacques Marcovitch, autor de livros sobre empreendedores pioneiros no Brasil; Alain Fayolle, prolífico no estudo da EE; e Saras Sarasvathy, também prolífica, mas na abordagem teórica da efetuação, que ela criou (Sarasvathy, 2001), e que tem se mostrado influente no estudo e na prática da EE (Günzel-Jensen & Robinson, 2017; Mäkimurto-Koivumaa & Puhakka, 2013).

Em seu artigo opinativo, Saes e Marcovitch apresentam avanços da EE brasileira, em especial no estado de São Paulo, não apenas na educação superior. Os autores consideram também desafios atuais que, segundo eles, devem pautar o desenvolvimento da EE nos próximos anos. A ênfase que dão à EE não universitária e à iniciativa de atores políticos é bem-vinda, pois ambas estão muito presentes na realidade e permanecem pouco estudadas no Brasil.

No artigo que tem Fayolle como coautor, Foliard et al. tratam da legitimidade dos professores de empreendedorismo (PE) segundo uma perspectiva multidisciplinar e a partir de uma revisão de literatura. Abordar o tema é importante, mas incomum, uma vez que o reconhecimento do *status* profissional de professores é um tema raro de pesquisa, apesar de impactar o ensino que realizam. Para os autores, é recomendável praticar o melhor processo possível de profissionalização dos PE e não negligenciar que ter experiência como empreendedor é um importante legitimador para os PE.

Por sua vez, Sarasvathy, Foster e Ramesh usam, em seu ensaio, os personagens Cachos Dourados e *Forrest Gump* como metáforas para dois distintos



perfis comportamentais de empreendedores. Com base na metáfora e na teoria da efetuação (Sarasvathy, 2001), os autores complementam a economia experimental com o delineamento de ao menos três mecanismos favoráveis para que qualquer pessoa comece um novo negócio e, com seus *stakeholders*, construa uma organização durável. Na estória infantil, Cachos Dourados busca, na casa da família dos três ursos ausentes, coisas com características pré-determinadas e precisas: uma sopa na temperatura ideal, uma cadeira adequada e uma cama confortável. O tipo de empreendedor representado por esse personagem age do mesmo modo, pautando-se por guias pré-determinados, como objetivos e planos.

Já *Forrest Gump* orienta-se pela ideia da mãe, que lhe diz que a vida é feita de surpresas, como uma caixa de chocolates da qual não se sabe qual sairá a cada vez que dela se vai tirar um. Esse personagem representa o empreendedor aberto aos imprevistos, que trabalha em relativo conforto quanto a eles, chegando até a se beneficiar deles. O ensaio encontra-se no fim da lista das publicações da edição especial, como provocação para reflexões complementares às contribuições dos demais artigos. Dado que o texto não trata diretamente de EE, nós o consideramos mais detidamente aqui para estabelecer uma conexão com o tema.

A educação formal, particularmente em relação à área de Administração, seja universitária ou não, concentra-se no ensino da abordagem racional formal para que os estudantes usem-na no trabalho para o qual se preparam. Contudo, há carência de profissionais vindos de cursos de gestão com habilidades comportamentais e competências menos tradicionais, inclusive quanto às *soft skills* (McMurray, Dutton, McQuaid, & Richard, 2016). O sistema de ensino formal hoje privilegia a racionalidade com procedimentos analíticos, previsão, planejamento e decisão prévia para a ação. Nessa abordagem, os objetivos devem ser pré-estabelecidos para determinar os recursos e os passos a serem tomados para a realização de algo (causação – Sarasvathy, 2001).

Nesse sentido, a educação promove o alinhamento de grandes contingentes de estudantes com as características de Cachos Dourados, tendendo a promover neles insuficientes características de *Forrest Gump*. Competências ligadas à intuição, à improvisação, à bricolagem empreendedora e/ou à efetuação são frequentemente necessárias para problemas insolúveis para a racionalidade formal.



Há assim um desequilíbrio na educação que ainda precisa melhor preparar os estudantes para enfrentarem imprevistos e lidarem com situações de pouca ou nenhuma aderência à racionalidade formal. É necessário equilibrar, na educação, o desenvolvimento das capacidades e habilidades respectivamente associadas aos hemisférios esquerdo e direito do cérebro humano (Labaki, 2013; Yarlott, 1986).

O problema ocorre também na EE, frequentemente inabilitada na preparação para se lidar com imprevistos (como já sinalizado há mais de 15 anos por Honig, 2004) e com aspectos emocionais (Labaki, 2013). É comum que cursos da área foquem no ensino de técnicas em detrimento da aprendizagem pela prática de modos de comportamento, tão importante em empreendedorismo, segundo Neck e Greene (2011). Acaba também sendo comum o foco em conhecimentos técnicos na EE ofertada em cursos fora da área de negócios (Turner & Gianiodis, 2017).

Esse quadro geral da educação, em particular da EE, não se harmoniza com a altíssima relevância das *soft skills*, dos aspectos além do campo da racionalidade e das competências comportamentais que caracterizam o empreendedorismo. Não por acaso, Nabi et al. (2017) explicitam a importância de se estudarem temas como as emoções na EE, o quadro mental e as questões relacionadas à passagem da intenção empreendedora ao comportamento empreendedor.

Na mesma linha, há uma exacerbada concentração dos cursos de Administração na preparação de empregados para grandes organizações (Ferreira, Gimenez & Ramos, 2006; Hameed & Irfan, 2019). Isso tende a restringir o ensino a técnicas pré-estabelecidas, relativamente complexas e caras, pouco adequadas para novas e/ou pequenas organizações, que são maioria. Somado à falta de formação para o enfrentamento de contingências e imprevistos com abordagens alternativas e complementares à racionalidade formal, esse tipo de educação permanece deficiente para formar empreendedores. Estes devem, frequentemente, trabalhar com imprevistos, surpresas, novidades, dificuldades, falta de recursos e até crises desde seus primeiros passos no empreendedorismo (Baker & Nelson, 2005; Fisher, 2012; Nelson & Lima, 2019; Sarasvathy, 2001). Além disso, tendem a começar com a criação de uma pequena organização, de estrutura e funcionamento simples. Organizações desse tipo, por não serem como as grandes



(Welsh & White, 1981), precisam de administração diferente daquela que é foco predominante no ensino. No geral, tais organizações são pobres em recursos (Welsh & White, 1981) como capital financeiro, conhecimentos, pessoal, capacidade técnica e outros.

Portanto, uma questão antiga continua com muito potencial de contribuição para o aperfeiçoamento da educação, particularmente da EE: *como oferecer uma educação equilibrada, pautada também pelo desenvolvimento de habilidades complementares à racionalidade formal, visando não apenas futuros empregados, mas também necessidades de empreendedores e pequenas organizações?* A questão pode ser pensada para instituições de ensino isoladamente (por seus dirigentes) ou para um conjunto delas (por representantes de variadas instituições e/ou responsáveis por políticas públicas). Mantém-se assim a liberdade para a geração de uma grande variedade de respostas a serem postas em prática com a colaboração das instituições visando particularmente certas necessidades, atividades ou públicos, mas sem deixar que empreendedores e pequenas organizações contem com uma educação útil e de qualidade. Não obstante, tal questionamento pode também beneficiar a formação de empregados. Eles precisam das habilidades intraempreendedoras que tendem a ser desenvolvidas com a EE, dado que esta deve fortalecer a capacidade de iniciativa, inovação e criatividade dos estudantes, algo que não se limita obrigatoriamente a beneficiar os que serão empreendedores (Duval-Couetil & Long, 2014; Ward & Baruah, 2014). De fato, há relatos da EE desenvolvendo habilidades intraempreendedoras em estudantes em geral, como se vê em Dewan e Singh (2017).

## **OS ARTIGOS AVALIADOS ÀS CEGAS**

Os cinco artigos avaliados às cegas aparecem na edição especial na ordem em que são discutidos a seguir. Também ajudam a rever o que se pensa e o que se faz mais correntemente quanto à EE, que há tempos vem sendo realizada sob a égide de práticas tradicionais, mesmo com uma roupagem contemporânea (Rae, 2017; Lackéus & Middleton, 2015). A chamada da edição buscou por estudos cujas contribuições incluíssem o desafio do ensino tradicional para abrir perspectivas de



renovação pedagógica, com uso de criatividade, desenvolvimento de competências socioemocionais, criação de valor, curiosidade, cocriação e questionamentos instigantes. Esses fatores, conforme Neck e Greene (2011), são necessários para a realização de novas estratégias de EE nos ambientes institucionais, promovendo a formação de qualidade.

Em seu artigo, Ribeiro e Plonski contribuem para a renovação pedagógica com os resultados de sua revisão sistemática de 934 artigos da literatura internacional sobre EE. Seus resultados mostram que há grande concentração das publicações no tema das relações entre a EE e a intenção empreendedora. Esses autores revelam três frentes temáticas de necessidade de pesquisa: 1) novas abordagens de ensino em sala de aula; 2) a EE baseada em ecossistemas e tendo os estudantes como atores centrais; e 3) um aglomerado de temas emergentes que inclui cultura, gênero e empreendedorismo social. O desenvolvimento de pesquisas inspiradas nessas indicações pode apontar mais e melhores práticas eficientes a serem adotadas na EE.

A edição especial procurou também por experiências e modelos que se diferenciavam daqueles adotados comumente, trazendo abordagens críticas e reflexivas sobre a EE. Para impulsionar o empreendedorismo, a EE precisa ir além da integração convencional de conhecimentos teóricos, assimilando variadas práticas relativas a processos, técnicas, jogos, simulações e reflexões (Neck & Greene, 2011). Ilustrando como isso pode ser feito e avançando nas frentes temáticas de necessidade de pesquisa delineadas por Ribeiro e Plonski, os autores Ghobril et al. expõem a estrutura e os processos que o Illinois Institute of Technology (IIT ou Illinois Tech) adotou em Chicago para chegar à condição de universidade empreendedora, com alto envolvimento de seus alunos e professores e forte conexão com o ecossistema regional de empreendedorismo e inovação.

Nessa instituição, o professor Dr. Alexandre Nabil Ghobril, vinculado à Universidade Presbiteriana Mackenzie no Brasil, pôde conhecer em detalhe as estratégias de desenvolvimento de uma cultura de empreendedorismo e inovação ao estudá-las *in loco* em 2016. Naquele mesmo ano, um dos coautores do presente editorial, Edmilson Lima, teve a oportunidade de conhecer o trabalho da instituição em visitas realizadas ao longo de dois dias. A partir dessas visitas, foi possível



notar que alguns dos principais responsáveis pelo desenvolvimento e pela realização das citadas estratégias são coautores do professor Nabil. A coautoria demonstra estreita colaboração do pesquisador brasileiro com atores relevantes do campo estudado, o que facilitou o detalhamento do artigo.

Para Ghobril et al., três aspectos mostraram-se centrais nos dados para explicar os avanços da IIT rumo à condição de universidade empreendedora: uma estratégia explícita e específica visando tal condição, realizada contando com o engajamento e a colaboração dos *stakeholders*; a criação e a operação de unidades de empreendedorismo (centro de empreendedorismo, laboratórios de inovação, academia de empreendedorismo) para permitir e apoiar as iniciativas em diferentes níveis; e a implicação dos estudantes em EE contínua para desenvolver competências empreendedoras. Como sugere o título do artigo, a EE transbordou no IIT para além dos cursos, disciplinas e aulas de empreendedorismo ocorrendo em grande variedade de atividades intra e extra *campus*.

Nesse sentido, o caso do IIT exemplifica a colocação em prática da recomendação de que a EE deve ser tomada como central e mirar a excelência para alicerçar a transformação de uma instituição em universidade empreendedora (Fayolle & Redford, 2014; Gibb, 2005; Gibb & Hannon, 2006). Avançando para tal *status*, a universidade aproxima-se da condição de pleno aproveitamento de seu potencial de fomento do empreendedorismo, da inovação e do desenvolvimento em seu ecossistema (Hannon, 2013). Com isso, desenvolve-se mais e é ainda mais útil à sociedade e mais atrativa para receber investimentos, entrando em uma espiral de aperfeiçoamentos e geração de benefícios.

No próximo artigo, Velasco detalha diferentes relações conceituais da intenção empreendedora e contribui para a validação, com o uso de equações estruturais, do instrumento “Avaliação e Desenvolvimento do Potencial Empreendedor”. Os dados usados para validação do instrumento foram coletados entre estudantes da Universidade de Guadalajara, México. Com sua contribuição diferenciada e elevando a variedade de nacionalidades dos artigos, Velasco traz mais uma diferente perspectiva a se considerar nos estudos da EE. O artigo também auxilia na compreensão mais pormenorizada das múltiplas relações conceituais e considerações metodológicas a se ter em mente no estudo das



interações entre as intenções empreendedoras e a EE. Tal auxílio ajuda na fundamentação e na transição para a leitura dos artigos seguintes, os de Barbosa et al. e Vasconcelos et al.

A contribuição de Barbosa et al. concentra-se na identificação da relação entre os traços de personalidade chamados *Big Five* (abertura para experiências, conscienciosidade, extroversão, amabilidade e neuroticismo) e a EE a partir de uma comparação da intenção empreendedora de alunos dos ensinos fundamental e médio que tiveram EE da *Junior Achievement* com outros, que não a tiveram. Segundo os autores, seus resultados mostram que a EE atua sobre os traços de personalidade e impacta positivamente a intenção de empreender, além de abrirem caminho para mais estudos, inclusive sobre como a EE deve ser realizada.

O foco do estudo de Vasconcelos et al. foram estudantes do ensino superior. O interesse dos autores foi contribuir para a compreensão de como os fatores que explicam a intenção empreendedora de estudantes universitários de uma instituição de ensino superior brasileira podem influenciar o desenvolvimento do comportamento empreendedor inicial, considerando a variável recessão econômica. O estudo mostra que o empreendedorismo no país ainda ocorre significativamente como alternativa de autoemprego em momentos de crise. É um tipo de empreendedorismo que ocorre menos por vocação e mais por necessidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os oito artigos trazem contribuições relevantes, mostram que é frutífero desenvolver e estudar a EE de maneira multidisciplinar e ajudam a dar o devido valor ao papel da EE, às variáveis que a impactam (traços de personalidade, intenção empreendedora etc.) e à necessidade de conhecimentos e práticas aperfeiçoados de EE. Uma perspectiva promissora mostrada é focada nas dinâmicas, características e interações dos atores e influenciadores da EE. A perspectiva conta com o enfoque nos estudantes, tratando de temas como a intenção e o comportamento empreendedores (ver os artigos de Velasco, de Barbosa et al. e de Vasconcelos et al.), assim como com o enfoque em professores (Foliard et al.) e múltiplos *stakeholders* intra e extra *campus* (Ghobril et al.), incluindo autoridades (Saes e Marcovitch). O conjunto dos artigos sugere que (e



ilustra como) a integração de múltiplos enfoques pode ser útil para gerar soluções de EE eficientes e efetivas.

Não se pode perder de vista que a universidade não é o único *locus* da EE, como ilustram Saes e Marcovitch, assim como Barbosa et al., ao tratarem de EE não universitária. Cada vez mais, considera-se que ela ocorre além das fronteiras universitárias, ainda que os estudos brasileiros deem pouca atenção ao fato. Assim sendo, ampliar a compreensão, a presença e a eficiência da EE em variados contextos de aprendizagem permanece como um tema para os próximos passos da pesquisa sobre o tema no Brasil.

Claro, há mais desafios a enfrentar para o amadurecimento dessa pesquisa. Entre eles, faltam avanços com contribuições mais impactantes e novidades instigantes para efetivamente levar ao desenvolvimento e à disseminação de boas práticas de pesquisa e ensino. Todavia, essa realidade não deve ser vista como desmotivadora. As dificuldades revelam grandes oportunidades para o desenvolvimento de novas pesquisas.

Algumas recomendações podem ser desenvolvidas com base nos oito artigos da edição especial e no presente editorial para se explorar tais oportunidades:

- a) É preciso empregar novos olhares e perspectivas mais oportunas para a construção de conhecimento;
- b) É importante ter fundamentos sólidos para os conhecimentos futuros e grande factibilidade de sua aplicação na realidade brasileira, especialmente no que se refere às pequenas organizações, ainda mais quanto às micro e pequenas empresas, já que são meio e fruto muito frequentes do empreendedorismo;
- c) É recomendável o uso de métodos mais robustos e convincentes, que sejam capazes de superar os desafios do estudo da EE sem caírem frente a críticas;
- d) É necessário o tratamento de questões inter e transdisciplinares para romper fronteiras temáticas e metodológicas, além de ampliar contribuições teóricas e práticas pertinentes para a área;



- e) É preciso pensar a EE como alicerce de desenvolvimento e mudança social, assim como um tópico importante da agenda política em prol de melhorias socioeconômicas para a população, com o empreendedorismo.

Agradecemos aos autores, avaliadores e leitores da edição especial com um forte desejo de avanço nesta importante área de estudo.

Boa leitura!

## REFERÊNCIAS

Araujo, G. F., & Davel, E. (2018). Educação empreendedora, experiência e John Dewey. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v. 12, n. 4, pp. 1-16.

Baker, T., & Nelson, R. E. (2005). Creating something from Nothing: Resource Construction through Entrepreneurial Bricolage. *Administrative Science Quarterly*, v. 50, n. 3, pp. 329-366.

Dewan, J., & Singh, A. K. (2017). The Configuration Approach to Entrepreneurship Education: The Case of an Entrepreneurship Course in a Management Program. In: *Entrepreneurship Education* (pp. 267-286). Springer, Singapore.

Duval-Couetil, N., & Long, Z. (2014). Career impacts of entrepreneurship education: How and when students intend to utilize entrepreneurship in their professional lives. *Journal of Business and Entrepreneurship*, v. 26, n. 1, pp 63-87.

Fayolle, A., & Redford, D. T. (eds.) (2014). *Handbook on the entrepreneurial university*. Edward Elgar.



Ferreira, J. M., Gimenez, F. A. P., & Ramos, S. C. (2006). Estudo Comparativo das Práticas Didático-Pedagógicas do Ensino de Empreendedorismo em Universidades Brasileiras e Norte-Americanas. *Revista Alcance*, v. 13, n. 2, pp. 207-225.

Fisher, G. (2012). Effectuation, causation, and bricolage: a behavioral comparison of emerging theories in entrepreneurship research. *Entrepreneurship Theory and Practice*, v. 36, n. 5, pp. 1019-1051. Doi: 10.1111/j.1540-6520.2012.00537.x

Gibb, A. A. (2005) Towards the Entrepreneurial University: Entrepreneurship Education as a Lever for Change. *National Council for Graduate Entrepreneurship*, UK.

Gibb, A., & Hannon, P. D. (2006). Towards the entrepreneurial university? *International Journal of Entrepreneurship Education*, v. 4, n. 1, pp. 73 -110.

Günzel-Jensen, F., & Robinson, S. (2017). Effectuation in the undergraduate classroom: three barriers to entrepreneurial learning. *Education + Training*, v. 59, n. 7/8, pp. 780-796.

Hameed, I., & Irfan, Z. (2019). Entrepreneurship education: a review of challenges, characteristics and opportunities. *Entrepreneurship Education*, v. 2, n. 3-4, pp. 135-148.

Hannon, P. D. (2013). Why is the entrepreneurial university important? *Journal of Innovation Management*, v. 1, n. 2, pp. 10-17.

Honig, B. (2004). Entrepreneurship education: Toward a model of contingency-based business planning. *Academy of Management Learning & Education*, v. 3, n. 3, pp. 258-273.

Kuratko, D. F. (2005). The emergence of entrepreneurship education: development,



trends, and challenges. *Entrepreneurship Theory and Practice*, v. 29, n. 5, pp. 577-598. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6520.2005.00099.x>

Kyrö, P. (2015). The conceptual contribution of education to research on entrepreneurship education. *Entrepreneurship & Regional Development*, v. 5626, n. 14, pp. 1-21. <https://doi.org/10.1080/08985626.2015.1085726>

Labaki, R. (2013). Beyond the awaking of a “Sleeping Beauty”: Toward business models inclusive of the emotional dimension in entrepreneurship. *Entrepreneurship Research Journal*, 3(3), 265-276.

Lackéus, M., & Middleton, K. W. (2015). Venture creation programs: bridging entrepreneurship education and technology transfer. *Esmerald Insight Education + Training*, v. 57, n. 1, pp. 48-73.

Lima, E., Lopes, R. M., Nassif, V., & Silva, D. (2015). Opportunities to improve entrepreneurship education: contributions considering Brazilian challenges. *Journal of Small Business Management*, v. 53, n. 4, pp. 1013-1051.

Lopes, R. M. A. (2017). *Ensino de empreendedorismo no Brasil: panorama, tendências e melhores práticas*. Alta Books.

Lopes, R. M. A., & Lima, E. (2019). Desafios atuais e caminhos promissores para a pesquisa em empreendedorismo. *Revista de Administração de Empresas*, v. 59, n. 4, pp. 284-292.

Mäkimurto-Koivumaa, S., & Puhakka, V. (2013). Effectuation and causation in entrepreneurship education. *International Journal in Entrepreneurial Venturing*, v. 5, n. 1, pp. 68-83.

McMurray, S., Dutton, M., McQuaid, R., & Richard, A. (2016). Employer demands from business graduates. *Education + Training*, v. 58, n. 1, pp. 112-132.



Nabi, G., Liñán, F., Fayolle, A., Krueger, N., & Walmsley, A. (2017). The impact of entrepreneurship education in higher education: a systematic review and research agenda. *Academy of Management Learning & Education*, v. 16, n. 2, pp. 277-299.

Neck, H. M., & Greene, P. G. (2011). Entrepreneurship education: Known worlds and frontiers. *Journal of Small Business Management*, v. 49, n. 1, pp. 55-70.

Nelson, R., & Lima, E. (2019). Effectuations, social bricolage and causation in the response to a natural disaster. *Journal of Small Business Economics*. Publicação on-line antecipada. Doi:10.1007/s11187-019-00150-z.

Pittaway, L., & Cope, J. (2007). Entrepreneurship education: A systematic review of the evidence. *International Small Business Journal*, v. 25, pp. 479-510

Rae, D. (2017). Entrepreneurial learning: peripherality and connectedness. *International Journal of Entrepreneurial Behaviour and Research*, v. 23, n. 3, pp. 486-503.

Sarasvathy, S. (2001). Causation and effectuation: Toward a theoretical shift from economic inevitability to entrepreneurial contingency. *Academy of Management Review*, v. 26, n. 2, pp. 243-263. Doi:10.5465/amr.2001.4378020.

Turner, T., & Gianiodis, P. (2017). Entrepreneurship unleashed: understanding entrepreneurial education outside of the business school. *Journal of Small Business Management*, v. 56, n. 1, pp. 131-149.

Yarlott, G. (1986). Split-brain theory and education. *British Journal of Educational Studies*, v. 34, n. 3, pp. 235–248.

Ward, T., & Baruah, B. J. (2014, September). Enhancing intrapreneurial skills of students through entrepreneurship education: a case study of an interdisciplinary



engineering management programme. In *13th International Conference on Information Technology based Higher Education and Training (ITHET)* (pp. 1-6). IEEE.

Welsh, J. A., & White, J. F. (1981). A small business is not a little big business. *Harvard Business Review*, v. 59, n. 4, pp. 18-32.